


PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES	
PROTOCOLO ESTADO DE RONDÔNIA Assembleia Legislativa 21 MAR 2007 Protocolo 007/07 Processo 007/07	Recebido e Autenticado, em 22/03/2007 Pauta em 22/03/2007 Secretário PROJETO DE RESOLUÇÃO 
AUTOR DEPUTADO VALTER ARAUJO - PL	
Altera e acrescenta dispositivos ao Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990.	
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO RESOLVE:	
Art. 1º Os dispositivos abaixo relacionados do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:	
“Art. 27. (...)	
III - Comissão de Educação, Cultura e Desportos, com cinco membros; IV - Comissão de Atividades Agropecuária e Pesqueira e de Políticas Agrária e de Abastecimento, com cinco membros; X - Comissão de Turismo e Meio Ambiente, com cinco membros; XI - Comissão de Serviços e Obras Públicas, com cinco membros; XII - Comissão de Direitos Humanos e cidadania, com cinco membros;	
Art. 29. (...)	
§ 3º. À Comissão de Educação, Cultura e Desporto compete opinar sobre:	
I - os assuntos atinentes à educação em geral, política e sistema educacional, em seus aspectos institucionais, estruturais, funcionais e legais; II - o sistema desportivo, sua organização, política e plano de educação física e desportiva; III - o desenvolvimento cultural, patrimonial e histórico, geográfico, arqueológico e artístico; IV - as matérias relativas às diversões e espetáculos públicos, datas comemorativas e homenagens cívicas.	

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

Nº _____



PROJETO DE RESOLUÇÃO

AUTOR DEPUTADO VALTER ARAUJO – PL

§ 4º. Comissão de Atividades Agropecuária e Pecuária e de Políticas Agrária e de Abastecimento, com cinco membros compete opinar sobre:

- I - as atividades agrossilvopastoril e assuntos referentes à pesca profissional e artesanal;
- II - matérias relativas à reforma agrária, ao crédito rural e ao cooperativismo;
- III - assuntos atinentes ao sistema de abastecimento;
- IV - todos os assuntos pertinentes às políticas rural, agrária e pesca.

§ 5º. À Comissão de Indústria e Comércio, Minas e Energia compete opinar sobre:


- I - os assuntos relativos às atividades industriais e comerciais, ao regime de bancos e às linhas de crédito bancário destinados a esses setores;
- II - os assuntos relativos às atividades ligadas ao setor mineral e energético, sua pesquisa e exploração;
- III - ao sistema de águas, seu aproveitamento e distribuição;
- IV - fiscalizar as atividades das empresas públicas e privadas, autarquias e sociedades de economia mista que exerçam atividades relacionadas com minas e energia.


§ 6º. À Comissão de Transportes compete opinar sobre:


- I - os assuntos referentes ao sistema regional de viação e aos sistemas de transportes em geral;
- II - a ordenação e exploração dos serviços de transportes;
- III - segurança, política, educação e legislação de trânsito e tráfego;
- IV - critérios de fixação de tarifas dos serviços públicos de transportes.

§ 7º. À Comissão de Defesa do Consumidor compete:

- I - opinar sobre matérias referentes à economia popular, política de preços e proteção e defesa dos direitos dos consumidores;
- II - manifestar sobre a qualidade, apresentação, publicidade e distribuição de produtos e serviços ao consumidor;
- III - acolher e investigar denúncias contra a economia popular, promovendo as providências que forem necessárias na defesa dos consumidores.

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES		
PROTOCOLO		Nº _____
		
		PROJETO DE RESOLUÇÃO
AUTOR DEPUTADO VALTER ARAUJO - PL		
<p>Art. 30. (...)</p> <p>§ 2º. O Presidente da Assembleia, no prazo de cinco dias úteis da aprovação do requerimento, baixará ato constituindo a Comissão e designando seus membros, mediante indicação dos líderes partidários, ou de bloco parlamentar, cabendo ao Presidente a livre nomeação, caso não ocorra a indicação, obrigatoriamente observando a proporcionalidade.</p> <p>§ 4º. Os prazos das Comissões Temporárias interrompem-se nos períodos de recesso da Assembleia.</p> <p>§ 5º. Nenhum Deputado poderá integrar, simultaneamente, mais de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, exceto quando necessário para completar a sua composição.”</p> <p>Art. 2º Ficam acrescentados os seguintes dispositivos ao Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990, com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 28. (...)</p> <p>§ 1º. É vedado a qualquer Comissão manifestar-se sobre matéria estranha à sua competência.</p> <p>§ 2º. Para elucidação de qualquer matéria sujeita ao seu estudo, as Comissões poderão:</p> <p>I - convocar Secretários de Estado e demais autoridades, nos termos da Constituição Estadual e deste Regimento;</p> <p>II - realizar diligências;</p> <p>III - solicitar a colaboração de órgãos dos demais Poderes do Estado, da União e dos Municípios, de entidades privadas e pessoas capacitadas;</p> <p>IV - formular pedidos de informação, nos termos da Constituição Estadual e deste Regimento.</p>		

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES		
PROTOCOLO		<p>№ _____</p> <p></p> <p>PROJETO DE RESOLUÇÃO</p>
	AUTOR DEPUTADO VALTER ARAUJO – PL	
<p>Art. 29 (...)</p> <p>§ 9º. À Comissão de Saúde e Assistência Social compete opinar sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> I - os assuntos relacionados à saúde e previdência social; II - matérias que disponham sobre a organização institucional da saúde no Estado; III - política de saúde e processo de planificação em saúde; IV - ações, serviços e campanhas de saúde pública; V - os problemas da infância, da adolescência e à assistência social em geral. <p>§ 10. À Comissão de Turismo e Meio Ambiente serão submetidos os seguintes assuntos, competindo-lhe opinar sobre eles em relação às matérias legislativas e exercer sua função sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> I - política e sistema estadual de meio ambiente; II - direito ambiental e legislação de defesa ecológica; III - recursos naturais renováveis: flora, fauna e solo; IV - qualidade da água e do ar; V - averiguação das denúncias contra a degradação do meio ambiente; VI - direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e, na forma da lei, contribuir para: <ul style="list-style-type: none"> a) preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; b) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do Estado e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; c) proteger a fauna e a flora, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, ou provoquem extinção de espécie ou submetam animais a tratamento cruel; d) definir, em todas as regiões do Estado, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos; e) exigir, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudos prévios de impacto ambiental; f) controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; g) promover a conscientização pública para preservação do meio ambiente; h) informar sistematicamente a população sobre os níveis de poluição, a qualidade do meio ambiente, a situação de riscos de acidentes e a presença de substâncias potencialmente danosas à saúde na água, no ar, no solo e nos alimentos; e 		

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES		
PROTOCOLO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	Nº _____
		
AUTOR DEPUTADO VALTER ARAUJO - PL		
<p>i) proteger os animais domésticos, relacionados historicamente com o homem, que sofram as consequências do urbanismo e da modernidade;</p> <p>VII - participação voluntária em programas e projetos de fiscalização ambiental, considerada como relevante serviço prestado ao Estado;</p> <p>VIII - normas que disciplinem a exploração, no plano de manejo sustentado de áreas florestadas ou objeto de reflorestamento para fins empresariais, visando à manutenção da qualidade ambiental;</p> <p>IX - aplicação preferencial no setor mineral e energético e em programas e projetos de fiscalização, conservação e recuperação ambiental, do resultado da participação do Estado na exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos e carvão mineral para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais em seu território;</p> <p>X - implantação de instalações industriais para produção de energia nuclear, no Estado, dependendo, além do atendimento às condições ambientais e urbanísticas exigidas em lei, de autorização prévia da Assembleia, ratificada por plebiscito realizado pela população eleitoral catarinense;</p> <p>XI - exploração de recursos minerais e ambientais;</p> <p>XII - desenvolvimento industrial, comercial e turístico;</p> <p>XIII - assuntos afins ao turismo em geral;</p> <p>XIV - política e sistemas de gestão e desenvolvimento turístico, e seus aspectos institucionais e legais; e</p> <p>XV - recursos humanos e financeiros para o turismo.</p> <p>§ 11. A Comissão de Serviços e Obras Públicas compete opinar sobre:</p> <p>I - os assuntos relativos a serviços e obras públicas, seu cronograma, execução e fiscalização;</p> <p>II - interrupção, paralização e alteração de empreendimentos públicos, seus custos e aplicação dos recursos.</p> <p>§ 12. A Comissão de Direitos Humanos e cidadania compete opinar sobre:</p> <p>I - o sistema carcerário estadual, as condições de vida e dignidade humana dos apenados;</p> <p>II - os direitos e garantias individuais e coletivas;</p> <p>III - questões ligadas aos direitos de cidadania, com ênfase nos direitos do menor, da mulher e das comunidades indígenas.</p>		

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

Nº



PROJETO DE RESOLUÇÃO

AUTOR DEPUTADO VALTER ARAUJO - PL

Plenário das Deliberações, 22 de março de 2007.


Valter Araújo
Deputado Estadual - PL

JUSTIFICATIVA

Através da Resolução nº 70, de 02 de março de 1999, esta Casa Legislativa promoveu a alteração na quantidade das Comissões Parlamentares Permanentes, desmembrando algumas delas e criando outras.

Ocorre que, até a presente data, não foram estabelecidas as competências das novas Comissões, bem como revistas as competências das Comissões remanescentes.

Assim sendo, apresentamos o incluso projeto de resolução, que "Altera e acrescenta dispositivos ao Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990", com vistas a estabelecer, de forma clara e inequívoca, as competências de cada uma das Comissões Parlamentares, para que cada uma possa exercer as suas prerrogativas constitucionais e legais.

Além disso, propomos a alteração e a inclusão de alguns dispositivos, relacionados ao funcionamento das referidas Comissões, visando melhorias e agilidade na tramitação das matérias neste Parlamento.

Isto posto, contamos com o apoio dos Nobres Pares na aprovação do projeto de resolução que submetemos à apreciação e deliberação de Vossas Excelências.